

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

**Francinete Viana Gomes | Josinelde Maria Coelho da Silva
Camila Mascarenhas Moreira**

RESUMO

Este artigo traz uma reflexão sobre o tema avaliação da aprendizagem na Educação Profissional de nível técnico, pois se acredita na relevância deste assunto visto que há um pouco mais de 1,3 milhão de alunos matriculados nesta modalidade, de acordo com Censo da Educação Básica de 2012. Deparamo-nos com uma nova realidade educacional e profissional e para isso buscou-se compreender a visão dos docentes sobre o tema em questão realizando uma pesquisa de campo com os professores de uma instituição de ensino médio técnico da forma subsequente, que se destina a quem já tenha concluído o ensino médio, localizada no município de Fortaleza, no estado do Ceará. Foi precedida por uma análise bibliográfica e documental, além da coleta de dados quali e quantitativa com entrevistas semi-orientadas realizadas diretamente com os professores. Ratifica-se, então, que a formação acadêmica dos professores precisará contemplar aspectos relacionados a educação profissional, pois a maioria são bacharéis que não possuem formação para o exercício da docência, visto que também são mediadores no processo ensino-aprendizagem pois devem estimular o pensamento crítico nos alunos sobre a realidade e exigências que o mundo do trabalho requer.

Palavras-chave: Educação. Profissionalização. Avaliação.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os dados do último Censo da Educação Básica do INEP/MEC de 2012, no Brasil existem 8.376.852 alunos matriculados no ensino médio, porém quanto ao ensino médio técnico há um pouco mais de 1,3 milhão de alunos em todo o país e no ensino superior são 7 milhões de matriculados. Mesmo com índices abaixo do esperado este censo aponta para um crescimento de 8,1% de alunos matriculados no nível médio técnico.

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, realizada em 2010 os profissionais que fazem cursos técnicos tem 38% de chances de obter um emprego com carteira assinada.

A reordenação sociopolítica e econômica que está ocorrendo no país e as demandas tecnológicas repercutem no mercado de trabalho provocando uma (re)organização na educação profissional. Atualmente os jovens precisam ingressar no mundo do trabalho, não só com conhecimentos técnicos adquiridos, mas com outras competências como saber trabalhar em equipe; ser capaz de tomar iniciativas; e contribuir através da sua atividade profissional com as transformações sociais.

E como avaliar o aluno do nível técnico? Para a educação profissionalizante, a avaliação é singular pela necessidade de atender aos pressupostos básicos educacionais pautadas na inter e transdisciplinaridade relacionando teoria e prática. Portanto, a avaliação da aprendizagem se constitui, nesse segmento educacional numa prática bastante complexa e fundamental na formação desse novo profissional.

Partindo-se dessa nova realidade educacional e profissional buscamos compreender a visão dos docentes do ensino profissionalizante, na forma subsequente que se destina a quem já tenha concluído o ensino médio, conforme determina o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre a avaliação no processo de ensino-aprendizagem desses futuros técnicos, já que o “novo” perfil do jovem trabalhador deve contemplar não somente aspectos relacionados a uma educação propedêutica que valoriza o método tradicional de avaliar.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a avaliação da aprendizagem na educação profissional partindo-se da prática dos docentes que atuam nesse segmento. Desse modo realizamos uma pesquisa de campo com os professores de uma instituição de ensino de educação profissional subsequente, localizada no município de Fortaleza, no estado do Ceará.

2 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

A relação entre educação básica e profissional no Brasil foi marcada historicamente pela dualidade até o século XIX, pois não há registros de educação profissional; o que existia era uma educação propedêutica para a elite, visando à formação de futuros dirigentes.

Em 1809, D. João VI criou o Colégio das Fábricas que se tornou a primeira iniciativa destinada para a educação profissional no Brasil. Ainda nesse século foram criadas instituições voltadas para o ensino das primeiras letras e iniciação em ofícios/atividades laborais, cujo público atendido eram crianças pobres, órfãos e abandonados.

No início do século XX, a educação profissional deixou de ter uma perspectiva assistencialista para ocupar-se da preparação de operários para o exercício profissional. Sendo assim criado em 1909, pelo então, presidente Nilo Peçanha, a Escola de Aprendizizes Artífices distribuída em

19 unidades da Federação. Ao longo dos anos várias reformas ocorreram na educação brasileira, especialmente no ensino profissionalizante que já esteve vinculado obrigatoriamente ao ensino médio, chamado nas décadas de 70 e 80 de segundo grau.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo 36) determinou que a educação profissional técnica de nível médio fosse desenvolvida nas formas; I- articulada com o ensino médio; II- subsequente em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Apesar de todas as transformações ocorridas na educação brasileira o ensino técnico ainda é destinado a uma parcela de estudantes de classes populares que não conseguiram ingressar nas universidades e buscam melhores oportunidades de emprego.

2.1 AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE AVALIAÇÃO

A prática escolar está constituída muito mais por provas e exames do que por avaliações. Os modelos de exames escolares que são desenvolvidos, atualmente, foram sistematizados no decorrer do século XVI, com o nascimento da escola moderna, caracterizada pelo ensino simultâneo onde um professor sozinho ensinava a vários alunos. As provas e exames se universalizaram ao longo do tempo na sociedade burguesa e adquiriram mais importância que o aprendizado. Dessa forma a avaliação passou a ser um instrumento de seleção e significativa exclusão de alunos, como consequência natural de um processo educacional que está a serviço dos interesses capitalistas que apregoam as classes populares pode ascender socialmente na medida em que o aluno tire boas notas para melhor concorrer às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

De acordo com Luckesi (1984) o modelo tradicional de avaliação das escolas define a classificação do indivíduo como sendo a principal função do ato de avaliar. E essa prática está diretamente relacionada ao modelo conservador que concebe a educação como um mecanismo de manutenção e reprodução das condições sociais, propondo práticas autoritárias de avaliação. Já a pedagogia emancipadora assume a perspectiva de transformação social, pois permite ao aluno modificar com criticidade a sua visão de mundo. Mas, para que ocorra o rompimento com o modelo tradicional é necessário que a avaliação educacional assuma seu verdadeiro papel como um instrumento de diagnóstico que auxilia no crescimento do aluno e possibilita a reflexão e a tomada de decisões pedagógicas (re)orientando a práxis do professor que está comprometido com o crescimento e desenvolvimento integral do seu aluno.

Do modo como está ocorrendo o ato de avaliar não está proporcionando uma reflexão sobre a prática pedagógica, pois as condições de ensino permanecem inalteradas. Tendo apenas uma função classificatória, a avaliação não permite o avanço e o crescimento do aluno e do processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário se a avaliação tivesse a função de diagnóstico, como diz Luckesi (1984) ela poderia ser educacionalmente mais relevante.

Hoffman (2003) ressalta a relevância de uma reflexão e tomada de consciência por parte dos educadores sobre o entendimento distorcido sobre o que seja uma avaliação, pois normalmente compreendem-se como sendo apenas uma análise de resultados totalmente separado da ação educativa.

Para Luckesi, o rompimento com os modelos tradicionais se torna mais difícil devido a uma cultura já estabelecida que reproduz um padrão inconsciente de agir na prática da avaliação da aprendizagem, levando o professor a atuar de “modo automático” e denominando equivocadamente a sua prática de examinar como sendo a de avaliar. A avaliação tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação e reprovação, sendo portanto excludente.

Perrenoud (1999) estabelece duas lógicas para o entendimento do papel da avaliação no rendimento escolar: a lógica a serviço da seleção e a lógica a serviço da aprendizagem como ele próprio comenta “os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência definida no absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos”.

Para Luckesi (2002) a avaliação é um diagnóstico que pode ser registrado em formato de nota, mas a nota não é uma avaliação, pois ela é apenas uma anotação que não representa o quanto o aluno aprendeu.

Para a educação profissional a avaliação não deve ser diferente do que se espera para outras modalidades, a sua singularidade está nas formas de execução, nos métodos de aplicação já que há uma diversidade maior de situações que requerem observação do desempenho do aluno, pois nesse segmento envolve-se a relação teoria e prática.

De acordo com Machado (2008, p. 18) “[...] o professor da educação profissional deve ser capaz de permitir que seus alunos compreendam, de forma reflexiva e crítica os mundos de trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem”.

O aluno do ensino profissionalizante precisa ser preparado e avaliado para uma atuação crítica e eficaz no contexto social, com noções de ética e cidadania tanto quanto com as noções de sua profissão. Para Hadji (2002, p. 26) “[...] não se trata de conhecer por conhecer, de interpretar para saber, mas de compreender para agir”

A avaliação para os alunos do ensino profissionalizante dirá mais do que uma nota ou conceito, se ele foi aprovado ou reprovado, mas precisará ser vista como processo preparatório para o ingresso no mundo do trabalho onde além dos conteúdos, esse futuro profissional deverá dominar também aspectos psicoprofissionais pertinentes ao mercado de trabalho.

Para a educação profissional a avaliação não deve ser diferente do que se espera para outras modalidades, a sua singularidade está nas formas de execução, nos métodos de aplicação já que há uma diversidade maior de situações que requerem observação do desempenho do aluno.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desse trabalho escolhemos como metodologia a pesquisa de campo que nos proporcionou a investigação de dados através de análise bibliográfica e documental; além da coleta de dados diretamente com os professores. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa porque trabalhamos com a compreensão de conceitos e subjetividade dos entrevistados e foi quantitativa porque determinamos os números de participantes e a obtenção de alguns dados que permitiram mensuração. Quanto ao método utilizado optamos pelo estudo de caso realizado com os professores do ensino profissionalizante subsequente.

A pesquisa foi dividida nas seguintes etapas: 1) análise de leis e decretos relacionados ao ensino profissionalizante; 2) revisão da literatura sobre o assunto avaliação; 3) entrevistas semi-orientadas com os docentes do ensino profissionalizante subsequente.

3.1 ESPAÇO DA PESQUISA

A instituição de ensino selecionada possui experiência de 28 anos no desenvolvimento de cursos técnicos de nível médio que visam à preparação e profissionalização de candidatos para ingressarem, retornarem ou ampliarem as oportunidades do mercado de trabalho. De acordo com a LDBEN de dezembro de 1996 no seu art. 36-B, esta instituição desenvolve a educação profissional na forma subsequente que é destinada a quem já tenha concluído o ensino médio. A pesquisa foi realizada na sede situada na Avenida João Pessoa, 6302, Damas, Fortaleza- Ceará.

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Para este estudo foram entrevistados 12 docentes, selecionados de forma aleatória, que atuam em cursos profissionalizantes como: Técnico em Segurança do Trabalho, em Enfermagem, em Nutrição e Dietética e em Saúde Bucal. Os mesmos foram, antecipadamente, informados os objetivos da pesquisa e concordaram em participar, desde que fossem mantidos no anonimato. Portanto, para fins de sigilo, os relatos foram feitos de maneira geral e abrangente, sem especificar o autor das declarações.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados através de entrevista semi-orientada foi aplicada com os professores do turno noturno e ocorreu no período de 15/12/2014 a 06/01/2015 devido ao recesso do final do ano na sede situada na Avenida João Pessoa, 6302, Damas, Fortaleza- Ceará.

Inicialmente, foi esclarecido o objetivo da pesquisa e entregue o instrumental que continha as perguntas para coleta dos dados a serem analisados posteriormente. Cada entrevistado teve total disponibilidade e privacidade para responder as questões levantadas de acordo com o entendimento individual e levou em média 15 minutos para responder.

Visando atingir os objetivos propostos pela pesquisa, a entrevista, constituída por seis questões, evidenciou os seguintes aspectos: o que é avaliar, para que avaliar, o que avaliar, como avaliar, quem avalia e quando se avalia. As respostas obtidas foram analisadas à luz do referencial teórico de Luckesi.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Para esse estudo foram realizadas 12 entrevistas semi-orientadas de um total de 28 professores pertencentes ao quadro de profissionais desta instituição, o que corresponde a aproximadamente 43% do total. Destes, 07(sete) são do sexo feminino e 05 (cinco) masculino; 08(oito) concluíram a graduação, 03(três) com pós graduações e 01 mestrado. Todos possuem bacharelado em diversas áreas, como Farmácia, Enfermagem, Engenharia de Segurança e de Alimentos, Nutrição e Odontologia. Do total, 05 possuem experiência com docência de 6 meses a 3 anos e o restante atuam num período que varia de 3,6 a 12 anos.

A análise das respostas obtidas foi organizada por itens baseados no roteiro da entrevista semi-orientada aplicadas a esse grupo. Em relação ao tema, o que é avaliar, os resultados obtidos foram: 10 entrevistados afirmam que avaliar é medir, mensurar, analisar, verificar e perceber se o conteúdo repassado foi apreendido adequadamente e os outros dois relatam que é observar se os objetivos foram alcançados e o método de ensino aprendizagem.

Segundo Luckesi, avaliar é um ato pelo qual, através de uma disposição acolhedora, qualificamos algo (um objeto, ação ou pessoa), tendo em vista, de alguma forma, tomar uma decisão sobre ela. Ressalta-se, contudo, que os educadores, agindo de forma inconsciente, acreditam que avaliam seus alunos, mas na verdade examinam os alunos, agindo como forma de controle disciplinar.

Em relação à questão, o que avaliar, os entrevistados deram as seguintes respostas: 05 afirmam que devem avaliar o conteúdo programático ou o nível de apreensão do conhecimento. Os demais acrescentaram outros itens como postura, interação, comportamento, educação, assiduidade e metodologias de transmissão de conhecimento. De acordo com o autor mencionado, o ato de avaliar é investigar a qualidade do desempenho dos estudantes, por exemplo, tendo

em vista a melhoria do aprendizado. Avaliação é, portanto, inclusiva. Então, pode-se dizer que devemos avaliar tudo o que está envolvido nesse processo de investigação com vistas a atingir o objetivo proposto inicial e, não somente, focar no desempenho do aluno, mas toda a atuação do sistema, como por exemplo: o material didático, sala de aula, professor, a escola e, até mesmo o sistema de ensino como um todo.

Na pergunta, pra que avaliar, as respostas foram: 08 (oito) entrevistados afirmaram que se deve avaliar para medir ou classificar o aprendizado ou conhecimento adquirido. Um relata que se avaliar para direcionar o conhecimento à prática e os demais afirmaram que avaliação serve para buscar melhorias no aprendizado e como auxiliar na tomada de decisões de mudanças. De acordo com Luckesi, avaliação é diagnóstico e um ato de parceria entre o educador e educando, visando auxiliar na construção da sua aprendizagem. Entretanto, chegar ao diagnóstico é uma parte do ato de avaliar e, diagnóstico sem tomada de decisão é um curso de ação avaliativa que não se completou.

Em se tratando, de como avaliar, os 05 entrevistados afirmaram que fazem uso de provas e avaliações (objetiva e subjetiva) e outros recursos metodológicos como debates dos temas abordados, simulações práticas, seminários, atividades, observação contínua e perguntas e respostas. Curiosamente, somente 04 professores afirmaram que aplicam provas, questionários ou trabalhos onde são atribuídos notas a fim de se tirar uma média que determinará a aprovação ou não o aluno em uma disciplina, prática essa intensamente utilizada e exigida nesta instituição de ensino como prova documental de que o aluno encontra-se com o conhecimento técnico adequado para o exercício profissional. Segundo Luckesi, passamos por padrões inconscientes de conduta que atuam fortemente no automático, como por exemplo, as representações sociais sobre o que é avaliação e exame.

Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista, reorientá-la para o melhor resultado possível, é, pois inclusiva. Já o ato de examinar é classificatório e seletivo e, por isso mesmo excludente. Há um grande equívoco de afirmar que avaliam, quando o que se faz é praticar exames desenvolvendo dias de avaliação que são, na verdade, dias de exames, pois estes hábitos já passaram para o inconsciente e atuam automaticamente (LUCKESI, 2002).

Já com relação à questão quem avalia, as respostas foram direcionadas, principalmente para facilitador, educador, professor ou equipe capacitada que são os especialistas no assunto. Somente quatro entrevistados afirmaram que o próprio aluno também avalia, mas para este caso seria necessário uma avaliação mais abrangente que determinasse o que, como, porque e quem seria avaliado por esses alunos. Houve uma resposta que descreve que o coordenado também avalia. De acordo autor em questão, num processo de avaliação, o que existe é uma ação contínua de orientação e reorientação da aprendizagem, para obter-se o melhor resultado possível, acompanha-se construtivamente o aluno em seu desenvolvimento da aprendizagem, ou seja, o aluno é parte integrante e ativa neste processo. Para ele a avaliação exige uma postura democrática do sistema de ensino e do professor, ou seja, para proceder a melhoria do ensino-aprendizagem, não basta avaliar somente o desempenho do aluno, mas toda a atuação do sistema, ou seja, o professor, seu aluno, o material didático utilizado, a sala de aula e metodologias aplicadas. Em outras palavras, quem avalia não é uma responsabilidade somente do professor para com o aluno, mas uma ação conjunta, pois o desempenho inadequado deste depende também da escola e do sistema de ensino.

Na pergunta, quando avaliar, houve 04 afirmações de que se deve avaliar quando for necessário, 03 disseram que se avalia durante e no final da disciplina e 01 que deve avaliar a cada 30 horas/aula. Os demais afirmaram que a avaliação deve ser contínua observando a participação, envolvimento e reações comportamentais que sejam capazes de traduzir o processo de

aprendizagem a contento. Os primeiros se encaixam no perfil de examinadores que determinam a época que devem ser realizados os exames. Já os demais, mostraram uma forma de pensar mais próxima à definição que Luckesi faz sobre o termo avaliação. Para este autor, num verdadeiro processo de avaliação, não interessa a aprovação ou reprovação de um educando, mas sim sua aprendizagem e, conseqüentemente, o seu crescimento; olha-se para o ser humano como um ser em desenvolvimento, em construção permanente. A avaliação opera com desempenhos provisórios, na medida em que ela subsidia o processo de busca dos resultados os melhores possíveis. Para um processo avaliativo-constructivo, os desempenhos são sempre provisórios, pois cada resultado obtido serve de suporte para um passo mais à frente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aluno do ensino profissionalizante precisa ser preparado e avaliado para uma atuação crítica e eficaz no contexto social, com noções de ética e cidadania tanto quanto com as noções de sua profissão.

A avaliação para os alunos do ensino profissionalizante será mais do que uma nota ou conceito que julgue se ele foi aprovado ou reprovado, a mesma precisará ser vista como mais um instrumento dentro do processo preparatório para o ingresso desse futuro profissional no mundo do trabalho.

A formação acadêmica dos professores precisará contemplar aspectos relacionados a educação profissional, já que a maioria são bacharéis que lecionam disciplinas específicas, não possuindo a formação desejada para o exercício da docência. O professor da educação profissional é também um mediador no processo ensino- aprendizagem que deverá estimular o pensamento crítico-reflexivo nos alunos sobre a realidade que o cerca.

Entretanto, vale ressaltar que há uma dificuldade em implantar um sistema de avaliação construtivo que estimule o desenvolvimento da aprendizagem para um professor de nível técnico de instituição que possui a forma subsequente de atuar, na medida em que as disciplinas possuem duração média de 2 meses e isso significa permanecer junto dos educandos um tempo insuficiente para observar mudanças comportamentais, que exigem um tempo maior de assentamento de condutas. Em vista a todo o estudo descrito acima, sugere-se, então, uma “avaliação” do processo ensino- aprendizado na atuação técnico profissionalizante na forma subsequente, visando oportunizar uma avaliação para uma melhoria significativa em todo o sistema de ensino, incluindo uma preparação pedagógica deste grupo docente que é formado inteiramente por bacharéis com pouca ou nenhuma preparação pedagógica - didática na sua formação acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996

_____. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

HADJI, Charles. **A avaliação a serviço dos alunos: utopia ou realidade?** In: Pátio. Porto Alegre: Artmed, jul/ago de 2002.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**. 16. ed. Porto Alegre: Mediação, 1993. LUCKESI, C. C. **Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo**. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, n. 61, 1984.

_____. C. C. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos revista científica**. São Paulo, v. 4, n.2, p.79-88, 2002

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação especial. In: **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002

PERRENOUD, P. **Não mexam na minha avaliação!** Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, A. e NÓVOA, A. **Avaliações em educação: novas perspectivas**. Porto Alegre: Porto Editora, 1999.